

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAAT
PSICOLOGIA

DIRLÉADE JESUS

**A IMPORTÂNCIA DE REGRAS E LIMITES NO DESENVOLVIMENTO
DAS CRIANÇAS E AS CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO
COMPORTAMENTAL**

ATIBAIA, SP

2022

DIRLÉA DE JESUS

**A IMPORTÂNCIA DE REGRAS E LIMITES NO DESENVOLVIMENTO
DAS CRIANÇAS E AS CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO
COMPORTAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário UNIFAAT, sob orientação do Prof. Juliano Rodrigues Afonso

ATIBAIA, SP

2022

Jesus, Dirléa de

J56i A importância de regras e limites no desenvolvimento das crianças e as contribuições da terapia-cognitivo comportamental. / Dirléa de Jesus - 2022.

24 f.; 30 cm.

Orientação: Juliano Rodrigues Afonso

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Centro Universitário UNIFAAT, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia do Centro Universitário UNIFAAT, Atibaia, 2022.

1.Regras 2. Limites 3. Criança 4. Desenvolvimento I. Jesus, Dirléa de II Afonso, Juliano Rodrigues III Título

CDD 616.8914

Ficha elaborada por Valéria Matias da Silva Rueda - CRB8 9269

FOLHA DE APROVAÇÃO

CURSO DE PSICOLOGIA

Termo de aprovação

DIRLÉA DE JESUS

Título: “A IMPORTÂNCIA DE REGRAS E LIMITES NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS E AS CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL”.

Trabalho apresentado ao Curso de graduação em Psicologia, para apreciação do professor orientador Juliano Rodrigues Afonso, que após sua análise considerou o Trabalho *APROVADO*, com Conceito *9,0 (NOVE)*.

Atibaia, SP, 20 de NOVEMBRO de 2022.

Profº: Juliano Rodrigues Afonso

RESUMO

Os termos regras e limites são usados em diferentes situações nas vivências das pessoas. Para viver em comunidade de forma mais harmônica houve-se a necessidade de criar normas para que as pessoas pudessem seguir. Dessa forma este projeto tem por finalidade investigar e compreender a definição de regras e limites nas literaturas, como deve ser sua condução na infância por parte dos familiares, responsáveis e educadores e se sua falta pode acarretar prejuízos na vida adulta. Para melhor compreensão buscou-se investigar como acontece o desenvolvimento infantil e o papel do adulto nesse processo, e ainda se a Terapia Cognitivo Comportamental pode oferecer alguma contribuição às famílias para a condução de regras e limites na infância. A criança desde o nascimento está inserida em um meio social e cultural os quais tem grandes influências para seu desenvolvimento, nele ela afeta e é afetada, assim os responsáveis desempenham uma missão muito grande e importante, pois de acordo com o que apresentou à pesquisa a criança ver no adulto um modelo a seguir. Assim sendo, não basta apenas falar ou impor as regras, elas precisam ser demonstradas e vivenciadas por todos a sua volta e para melhor entendimento necessitam ser claras, objetivas e simples de serem cumpridas.

Palavras-chave: Regras. Limites. Criança. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The terms rules and limits are used in different situations in people's experiences. To live in community more harmoniously there was a need to create norms for people to follow. Thus, this project aims to investigate and understand the definition of rules and limits in the literature, how should be its conducting childhood by family members, guardians and educators and whether its lack can cause harm in adulthood. For better understanding, it sought to investigate how the child development happen and the role of adults in this process, and whether how Cognitive Behavioral Therapy can offer any contribution to families for the conduct of rules and limits in childhood. Since birth, the child is inserted in a social and cultural environment that has great influences for its development, which the child also affects and is affected by it, so they guardians perform a very large and important mission according to what this research exhibits: the child sees in the adult a model to follow. Therefore, it is not enough just to speak or impose the rules, they need to be demonstrated and experienced by everyone around them and for a better understanding they need to be clear, objective and simple to be fulfilled.

Keywords: Rules. Limits. Child. Development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	9
2 DEFININDO REGRAS E LIMITES.....	12
2.1 A relevância de regras e limites na Infância.....	12
3 VISÃO DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL NA CONDUÇÃO DE REGRAS E LIMITES	14
4 FORMAS COERENTES DE ESTABELEECER REGRAS E LIMITES.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	21

INTRODUÇÃO

Segundo Canuto (2017) e Bernartt (2016), os seres humanos são seres históricos e sociais que precisam do outro para se desenvolver, isso acontece ao longo da vida, mas é principalmente na infância que os cuidados e ensinamentos devem ter prioridades, uma vez que, a criança inicialmente é totalmente dependente de seus cuidadores. É na infância também, que ela tem grande potencial de aprendizado e assim irá aprender sobre o mundo que a cerca. Portanto, é essencial que familiares e cuidadores de modo geral estejam atentos ao processo de desenvolvimento das crianças para que de fato ocorra da melhor forma possível.

Oliveira, Braga e Prado (2017), apontam que os principais envolvidos no processo de desenvolvimento da criança são a escola e a família, sendo o segundo com mais influência, uma vez que é no seio familiar que ela começa a desenvolver suas capacidades e afetos. A escola por sua vez irá complementar esse processo, pois, além da interação com pessoas diferentes, vai também desenvolver outras potencialidades permitindo assim seu desenvolvimento cognitivo já que a educação se dá de forma contínua.

É por meio da relação com o outro que o ser humano vai se constituindo ao longo da vida, assim também ocorre com o desenvolvimento cognitivo. Com esses aprendizados surgem os conceitos de cultura que acabam se interligando aos dois conceitos anteriores de forma recíproca. Portanto os processos educativos de modo geral são essenciais para a vida dos sujeitos (LATAILLE, 1992 apud FREITAS; IGLESIA, 2021). Isso, portanto se aplica também às crianças, pois, a partir do momento que eles fazem parte de uma família após o nascimento passam a se desenvolver nestes aspectos.

Oliveira, Braga e Prado (2017) destacam que a criança desenvolverá autoestima, construirá sua identidade e aprendizados que nortearão sua vida nas interações familiar e social. Por meio deles a criança encontrará forças para aprender a lidar com os conflitos que surgirão ao longo da vida.

[...]os conhecimentos adquiridos no seio familiar irão assegurar o desenvolvimento pleno e saudável das funções mentais da criança, pois é na família que ela desenvolve sua estrutura emocional, e outras como, maturidade, respeito, autoestima e afetividade, fatores psicossociais que irão acompanhá-la ao longo de sua vida e servirão de base de sustentação para o desenvolvimento da aprendizagem (BRASIL, 1996 apud OLIVEIRA; BRAGA E PRADO, 2017, p. 6).

Portanto, falar sobre o desenvolvimento das crianças é um assunto de grande relevância, pois serão eles os futuros adultos. Sendo assim, faz-se as seguintes perguntas: Como será este adulto frente aos cumprimentos das regras quando não aprendidas? Terá uma base para lidar com os problemas e conflitos que surgem ao longo da vida? Ou, ao se deparar com situações conflituosas irão se embotar sem saber como reagir?

Mediante os transcritos entende-se que o adulto tem uma função muito importante na orientação da criança no processo de aquisição das regras que poderão norteá-las durante seu percurso desenvolvimento que acontece a vida toda. Como destacado por Caraia (2014, p.24 apud Almas, 2019) afirmam que:

O processo educativo inicia-se no seio familiar. Nesta etapa a criança deposita confiança nos progenitores para resolver as múltiplas dificuldades do seu quotidiano. São os pais que estabelecem as primeiras rotinas, são eles que melhor conhecem as suas preferências e os seus interesses, são os pais que criam as primeiras relações sócioafetivas.

Assim sendo, o meio contribui no processo de aprendizagem da criança, mas é a família a principal responsável nas orientações básicas sobre regras, rotinas, limites que lhes darão subsídio para o convívio em sociedade.

De acordo com Lidoino, Santos e Pinto (2020) com base nos estudos de Áries(1981), o termo infância sofreu inúmeras mudanças ao longo da história. Por volta do século XV a criança era tida como um adulto em miniatura sem nenhum direito, participavam e estavam envolvidas em todas as atividades dos adultos. Nesse período não se pensava nos danos que poderiam ocorrer no desenvolvimento delas, mas, com o passar dos tempos passou-se a observar melhor as crianças e com isso veio à necessidade de haver maiores cuidados com o intuito de torná-los adultos responsáveis e conscientes da vida em sociedade.

Para chegar a essa conclusão sobre a importância dos cuidados na infância foi analisado que a criança passa por muitas etapas até chegar a fase adulta, demandando muitos cuidados, sendo que seu contexto sociocultural é essencial para esse desenvolvimento (LIDOINO, SANTOS E PINTO, 2020).

Com isso entende-se que essas mudanças foram de extrema importância na vida das crianças que indicava não ter estrutura para viver em sociedade partilhando as mesmas funções e ações dos adultos.

Estes autores ressaltam ainda que:

As pesquisas contribuíram para que hoje se tenha um olhar para a criança e suas infâncias, compreendendo que a criança de ontem não é a mesma de hoje, como também não será a mesma de amanhã, já que se pode observar que muda com o tempo, com as transformações ocorridas na e pela sociedade. Buscando compreender a criança em sua integridade e totalidade, amplia-se esses olhares através da legislação que define a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, e Políticas Públicas que definem as interações e brincadeiras como eixo norteador do processo de ensino e aprendizagem das crianças de Educação Infantil (LIDOINO, SANTOS E PINTO, 2020, p. 4).

De acordo com a Lei de Diretrizes e bases da educação toda criança tem direito ao seu desenvolvimento começando na infância, como bem exposto no Art. 29:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL 2005, p.18).

Nesse processo educativo não se pode esquecer das regras e limites, pois é sabido que o ser humano para viver de forma coletiva e harmônica ao longo da história desenvolveu normas para com isso, ajustar o equilíbrio entre as pessoas que outrora viviam de formas desordeiras (FERREIRA et al, 2019).

Outras pesquisas, como de Araujo e Sperb (2009) apud Ferreira (2019) apontam que:

Tendo em vista que as relações entre os indivíduos necessitam de alguma restrição ou barreira para existirem ou para que ocorram de maneira efetiva, é fundamental a colocação de limites como parte do desenvolvimento das crianças, uma vez que é na infância que a criança aprende a internalizar atos e desenvolve sua personalidade, julgamentos e moralidade. Sendo assim, “a construção de limites está diretamente implicada na capacidade da criança de socialização e convivência bem-sucedidas, de forma que ela possa reconhecer e considerar os próprios limites e os dos demais” (ARAUJO e SPERB, 2009, p.186 apud FERREIRA et al, 2019).

A partir dos apontamentos até aqui discorridos, este trabalho visa verificar por meio da literatura como ocorre o desenvolvimento de regras e limites na infância e seus aspectos no decorrer da vida adulta. Desta forma serão elencados como objetivos específicos: quais são as visões sobre regras e limites na infância; identificar nos livros e artigos científicos como são definidos regras e limites e sua relevância para o desenvolvimento; apontar como a Terapia Cognitivo Comportamental pode auxiliar os pais e responsáveis na adoção de regras e limites; apontar como deve ser a condução de regras e limites para auxiliar no desenvolvimento das crianças. Assim, este trabalho pretende investigar e responder se a falta de regras e limites na infância pode acarretar prejuízos para a fase adulta.

Como educadora atuante há mais de sete anos é notória observar certa resistência por parte das crianças no cumprimento das regras básicas que existem no ambiente escolar ou que esteja relacionado a ele. Sem contar com constantes reclamações de pais e cuidadores que dizem não saberem lidar com a indisciplina das crianças, e por muitas vezes pedem ajuda nessa tarefa. Portanto a realização desse trabalho se deu devido às inquietações frente a essa situação que aparentemente vem se agravando ano após ano.

A relevância desta pesquisa se dá devido às informações que serão levantadas a respeito de regras e limites na infância esclarecendo quais as consequências que podem ocorrer na fase adulta quando estas não são impostas na infância de maneira coerente. Uma vez que para viver em sociedade é necessário seguir normas. Desta forma, Caraia (2014, apud Almas, 2019, p. 26) afirmam que: “Todo o ser humano se rege por regras e por normas, o que

faz de nós, seres sociais e seres individuais. Por isso, as regras e os limites são dois dos fatores predominantes para o desenvolvimento em sociedade”.

Como metodologia será realizada uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, descritivo, na qual utilizou-se o método de revisão integrativa. Portanto para cumprir o objetivo de realizar uma revisão acerca dos resultados apresentados na literatura a respeito de regras e limites na infância pretende-se fazer uma busca nas bases de dados: Google Acadêmico e SciELO (ScientificElectronic Library Online) sendo estes sites de busca confiáveis.

Como critérios de pesquisa no momento da busca serão utilizadas os seguintes descritores: “regras”, “limites”, “desenvolvimento infantil” e “infância”. Em cada base de dados, os descritores serão inseridos de modo a articular os termos relacionados a regras e limites com o desenvolvimento infantil, utilizando o operador booleano “and” associada a estes temas nas plataformas apareceram outros descritores: “regras em sala de aula”, “regras no jardim de infância” e “senso de limites”, que também serão utilizados de forma isolada. Outro fator relevante nesta pesquisa é que serão utilizados artigos científicos em um período de 10 anos de publicação.

1 DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Vital (2021) e Palangana (2015), com base nos estudos de Piaget (1973) partem do pressuposto que a criança não tem em sua concepção habilidade inata, pré-definidas como pregava a teoria inatista, portanto sua formação nos mais variados aspectos se dará por meio da interação social e cultural a qual está inserida, mas também não se pode negar que existem os fatores biológicos inerentes a todos os seres vivos que contribuem para tal. Então desde o nascimento através de esquemas que se dá na troca entre o organismo e o meio a criança vai paulatinamente formando suas estruturas cognitivas.

Para os autores (Alford & Beck, 1997; Beck 2005^a, 1964; Knapp & Beck 2008 apud Lourenço, 2013, p. 2), “os esquemas são formados desde a infância, a partir do modo como o indivíduo conhece e interpreta os eventos fundamentais de sua experiência. [...] constituem espécies de roteiros, por meio dos quais o indivíduo realiza suas experiências”.

O esquema pode ser qualificado como um aglomerado constituído dos caracteres generalizáveis de um ato, fazendo com que o indivíduo desempenhe a mesma função ou aplique a outros conteúdos (FERRAZ, 2020).

Ainda sobre os esquemas, Ferraz (2020) com base nos estudos de Beth e Piaget (1968) destaca que não é possível ver como ocorre a ação que leva a execução destes. O que se nota é

o desenvolvimento do aprendizado que vai ocorrendo gradativamente por meio da repetição dos atos.

Os esquemas funcionam como filtros, que orientam a seleção, a codificação, o armazenamento (memória) e a recuperação de informações do aparato cognitivo. Por meio dos esquemas, o organismo confere significados aos eventos e provê estabilidade aos sistemas cognitivos, afetivos e comportamentais (BECK 1963, 1964 apud LOURENÇO, 2013 p. 6).

Diante do que se coloca fica claro que existe na criança uma forma singular de aprender e se desenvolver. A depender do meio esse aprendizado pode ocorrer de forma tranquila em que a criança convive em um espaço harmônico ou de maneira a causar desestabilidades emocionais que podem gerar sofrimentos e crenças desadaptativas. Como ressaltam os seguintes autores: (Alford& Beck, 1997, Knapp& Beck, 2008 apud Lourenço, 2013, p. 6) “Distorções cognitivas sistemáticas se apresentam à medida que esquemas disfuncionais são ativados”.

De acordo com Palangana (2015) os estudos de Piaget sobre os esquemas foram primordiais, pois assim passou-se a entender como acontecia esse processo fundamental para a criança. Mediante ações que são desenvolvidas pela criança ao meio em que está inserida, isso vai causar um aprendizado que se dá de forma contínua, ou seja, cada ação vai gerando mais conhecimento, criando assim novas estruturas e esquemas que com o tempo passam a ser coordenadas pela criança e ela entenderá os fatos que ocorrem a sua volta.

[...] Os Esquemas são estruturas mentais referentes a um todo organizado, estando relacionados com uma estrutura cognitiva específica. A Assimilação concerne à capacidade de o sujeito incorporar objetos da cognição à sua estrutura cognitiva. A Acomodação concerne ao reajustamento ocorrido na estrutura de modo a poder incorporar o novo objeto. O equilíbrio entre a assimilação e a acomodação recebe o nome de equilíbrio. Em todo processo de interação do sujeito com o objeto, os processos de Assimilação e Acomodação se encontram presentes, ora com a predominância de um, ora com a predominância de outro. Os esquemas possuem uma plasticidade dinâmica, adaptando-se à realidade de maneira a poder assimilá-la. Diante de uma situação externa, ocorre a aplicação do esquema, isto é, a ação assimiladora do sujeito inicia um ciclo de ações sobre o objeto. Se o esquema conseguir incorporar o novo objeto à estrutura previamente existente ocorre a manutenção da situação atual. Mas se o esquema não conseguir incorporar o novo objeto frente ao qual o sujeito se encontra, então o sujeito está diante de um desequilíbrio [...] (PIAGET, 1964/2014, apud CORRÊA, 2017, p. 2).

O processo, de desequilíbrio é importante para o desenvolvimento infantil, pois quando isso acontece à criança reformula suas ações como ressalta (CORRÊA, 2017, p. 2):

O fracasso da ação desencadeia a tomada de consciência, com o sujeito procurando os pontos em que houve falha da adaptação do esquema de assimilação ao objeto. Intervém, nesse caso, o mecanismo de regulação. Sobre as regulações e a tomada de consciência, para Piaget, regular é manter, modificar ou variar a ação seguinte em função dos resultados da ação anterior. Há dois tipos de regulação: automática e ativa. São as regulações ativas que provocam a tomada de consciência. O sujeito, diante da resistência do objeto, efetua modificações em seus esquemas assimiladores “para dar conta da nova ação que sentiu ser insuficiente.

Com base nos escritos é notório que o processo de desenvolvimento, não acontece de forma desorganizada nem de uma hora para a outra, demanda tempo, e o ambiente pode contribuir de forma positiva ou negativa. Desse modo é fundamental que a criança partilhe de um ambiente desafiador no sentido de novos aprendizados e ao mesmo tempo acolhedor, afetuoso para que esses esquemas sejam bem estruturados.

Segundo Vital (2021) ao longo da existência as pessoas passam por diferentes etapas que foram denominadas por Piaget de estágios do desenvolvimento que se dá de forma parecida entre os seres. Tais estágios estão relacionados com desempenho cerebral que acontece quando a criança é ainda muito pequena por meio das sensações e movimentos, denominado de sensório motor e quando esta já consegue abstrair outros aprendizados mais concretos recebe o nome de operações formais.

De acordo com Vital (2021), Piaget dividiu em quatro as fases do desenvolvimento que estão conectados. O estágio sensório-motor que conta de 0 a 2 anos; pré-operatório de 2 aos 7 anos mais ou menos, operatório-concreto, dos 7 aos 12 e operatório formal de 12 aos 15 anos mais ou menos. Essa divisão vai demarcar aproximadamente o início e fim de cada fase.

Embora cada fase receba nomes diferentes elas não são dissociadas, sendo fundamentais para o contínuo aprendizado que se dará ao longo da vida. Diante disso quanto melhor for a base maior será as chances de uma estruturação cognitiva fortalecida que vai ajudar nas tomadas de decisões.[...]“Os estágios seguem uma sequência evolutiva e se dirigem do sentido concreto para o abstrato, que vai sendo refinado com o passar do tempo. Esse desenvolvimento representa um amadurecimento natural dos seres humanos” (VITAL, 2021, p. 25).

Analisando esse contexto entende-se que a criança vai se desenvolver com base no que lhe é apresentado, ou seja, o aprendizado vai acontecer de acordo com os estímulos oferecidos pelo ambiente ao qual está inserido, portanto, as vivências de cada fase podem impactar na vida inteira de uma pessoa de forma positiva ou negativa. Segundo a teoria de Piaget o sujeito modifica e é modificado pelo meio em que está inserido, desse modo: “o ambiente educativo deverá ser calmo e Integrador para que a criança se sinta confiante em colocar questões, fazer previsões e realizar diversas atividades que lhe possam fornecer as respostas pretendidas” (CRESPO, 2016, p. 45).

Assim sendo, percebe-se que os adultos têm grandes responsabilidades nesta função, pois serão suas ações muitas vezes que servirão de modelo e pode impactar de forma negativa ou positiva na vida da criança com a qual compartilha, sejam: filhos, agregados, alunos. Isso,

portanto se aplica aos ensinamentos das regras e limites e como a criança deve se portar ao meio em que convive seguindo as normas determinadas pela sociedade.

2 DEFININDO REGRAS E LIMITES

A respeito da definição de regras, Luís (2020) com base nos estudos de Fonseca e Rosa 2015 e Bracinhos (2014), ressalta que: as regras são tidas como condutas que tendem a regular algumas ações indevidas das crianças, não para eliminar todos seus atos e comportamentos, mas sim com o intuito de prepará-los para o futuro em que possam aprender a cooperar com os demais e ainda ajudam a protegê-los das adversidades que existem e geram maiores sofrimentos.

Essa mesma autora baseada nos expostos de Mendonça (2009) explica que “limites são fronteiras que demarcam o que é permitido ou possível fazer e o que não é” (LUÍS, 2020, p. 17).

As regras jurídicas por sua vez são consideradas como um modelo de atitudes, ou seja, uma forma como as pessoas devem se portar nas relações sociais, tanto em relação aos benefícios próprios ou ao demais, visando sempre o bem comum em sociedade (BALBÉ, 2012).

Para Pereira, et al (2017, p.4), “[...] a palavra limites é associada à obediência, respeito e cidadania, podendo ser entendida como uma fronteira. Na educação, geralmente a palavra está associada ao que é permitido e proibido”.

Sendo assim tanto as regras como os limites subtende que serão adquiridas ao longo do tempo sendo, portanto, os pais e responsáveis os incumbidos de cumprir essa tarefa de forma efetiva.

2.1 A relevância de regras e limites na infância

O seio familiar quando bem estruturado é sem dúvidas o local mais adequado para o desenvolvimento da criança, neste ambiente ela vai se deparar com muitos aprendizados, os quais poderão ser levados para a vida toda. Ainda que escola, os colegas, meios de comunicação, internet... Desempenhem influência, é na família que as crianças irão primeiramente entender conceitos de normas, condutas, valores morais etc. Conceito estes que são importantíssimos para a vida em sociedade (GOMIDE, 2017).

Por sua vez quando a família peca nestes quesitos, outros meios tendem a assumir tal função e a ação educativa destes, que deveriam ser secundária passam a ser primárias na condução dos valores na infância, que se dará de forma errônea (GOMIDE, 2017).

É sabido que para o convívio em sociedade os indivíduos precisam seguir as regras e as normas impostas. (Justino, 2010, apud Caria, 2014, p. 40) destacam que:

[...]o conceito de cidadania estendeu-se a novos domínios de inquietação e de sustentação da existência de uma sociedade organizada. [...] consiste em regras que na sua maioria foram reconhecidas como condição de vivência em grupo, incluindo não apenas os valores, normas que norteiam as condutas dos indivíduos como também, as normas de conduta que disciplinam a forma de ser desses indivíduos.

Assim sendo, o ideal é que as crianças aprendam sobre as regras de convivências gradativamente, começando na família a vá e se expandindo para os outros meios de vivência.

A família e a escola surgem como sendo as instituições privilegiadas onde se pretende que decorra o ensinamento dessa “civildade”, que decorre sobretudo a partir das relações de socialização e do modelo que pais e professores acabam por transmitir. Este conceito estruturado de educação assume uma dimensão considerável nas sociedades democráticas e os valores da disciplina e do respeito, mais do que uma imposição dos sistemas autoritários, são predicados das sociedades livres e democráticas (CARIA, 2014, p. 40).

Com base nos escritos, entende-se que o aprendizado da criança se dá através do que ela tem como modelo. Se a família ou escola é um espaço em que as regras impostas são claras e objetivas há uma grande probabilidade dela assimilar levando- a para a fase adulta como um aprendizado importante e necessário para a boa convivência de modo recíproco.

Caria(2014, p. 48)relata que “as relações humanas são pautadas por normas e são estas normas que irão definir a existência do ser humano como ser individual e como ser social”.

Caria, (2014) em concordância com de Silva e Salles (2010) destaca que a falta de regras e limites ou a forma abrupta de serem colocados pode gerar danos como desvalorização do eu, exclusão social, tendência a revoltas, que podem levá-los a condição de violência.

Desenvolver na criança o mais cedo possível o senso de que o mundo é regido por regras e limites não é uma forma de punição, pelo contrário vai ajudá-la a entender mais facilmente os ambientes os quais ela compartilha. Portanto é essencial que pais e educadores tracem ações que desde cedo incluam as crianças e não tenham medo de transmitir estes ensinamentos, pois as falhas dos adultos com a infância podem levar a danos ainda maiores nas fases seguintes(Caria, 2014).

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006)ressaltam que a criança é um ser dotado de direitos, portanto, trabalhar valores éticos ainda na infância ajudará a criança a formar sua autonomia, desenvolvendo responsabilidades que serão fundamentais para que este saiba respeitar a si e ao outro, ou seja, é saber que cumprir as normas impacta não só no “eu”, mas sim envolve a todos. Diante disso regras e valores devem ser transmitidos no sentido de reciprocidade, com vivências de cooperação.

De acordo com o que se coloca, entende-se que ajudar as crianças sobre, regras, limites e ligado a estes os valores é fazer com que ela cresça tendo mais consciência de que o mundo o qual ela vive, é também compartilhado por outras pessoas, e para que haja harmonia entre elas, é preciso o respeito mútuo, responsabilidades, deveres a serem cumpridos, entendendo assim que a vida é formada da inter-relação com os demais, sendo que os atos não pensados podem impactar de forma negativa todos os envolvidos, gerando desordem e vários problemas pessoais e sociais.

De acordo com os estudos realizados por Ferreira et al (2019), as regras e limites quando bem colocadas podem ajudar as crianças no aprendizado do autocontrole, na estruturação das emoções e conseqüentemente monitoramento dos comportamentos e ações que são essenciais para a convivência em sociedade a qual demanda o cumprimento de normas. Quando aprendidas na infância, colocá-las em prática na vida adulta é bem mais fácil.

“A importância de uma autorregulação bem desenvolvida é clara, uma vez já explicitado que é através desse processo que as pessoas moldam suas ações para um bom convívio em sociedade”(FERREIRA et al. 2019, p. 6).

Com base no que foi pontuado, aprender a controlar os impulsos é fundamental para o convívio em sociedade, uma vez que o tempo todo o ser humano vivencia constantes desafios e frustrações no trabalho, na família, no trânsito, nas relações sociais que demandam autocontrole para que este não haja de forma inapropriada, impulsiva causando desordem e problemas que muitas vezes são irremediáveis.

3 VISÃO DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL NA CONDUÇÃO DE REGRAS E LIMITES

A abordagem Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) busca por meio da reestruturação cognitiva ajudar os indivíduos a ter vivências mais saudáveis, entendendo que os diversos acontecimentos não deixarão de existir, mas que a forma como estes são interpretados podem gerar sofrimentos mais prolongados (Beck, 2013).

Ao longo da vida, os acontecimentos vivenciados pelas pessoas podem fazer com que elas desenvolvam crenças rígidas a respeito de si, do outro e do mundo que a cerca. Crenças estas que podem gerar dificuldades de relacionamentos, interação social, problemas psicológicos e tantos outros (Beck, 2013).

Essa abordagem, portanto, por meio da terapia procura orientar os pacientes que muitos dos sofrimentos podem ser evitados com as mudanças de pensamento disfuncionais, tomada de decisão e conseqüentemente mudança de comportamento (Beck, 2013).

Entendo esse princípio busca-se aqui fazer um paralelo de como essa abordagem pode orientar pais e educadores na condução de regras e limites na infância de forma a não gerar na criança maiores danos e sofrimento, que podem acontecer com a formação de crenças e pensamentos disfuncionais.

A família é o primeiro grupo social que a criança faz parte, e é nele que os integrantes deste grupo se apóiam, se estruturam, constroem crenças e valores que contribuirão significativamente para o desenvolvimento humano. Com tantas exigências sociais e emocionais, a família passa por vivências que causam enorme estresse, resultado das mudanças e exigências do dia a dia. Neste contexto as relações familiares se desajustam e assim causam sofrimento e distanciamento entre pais e filhos. Essa distância familiar traz consequências em especial as crianças, que estão em desenvolvimento e buscam nos pais apoio em suas conquistas (BITTENCOURT, DANZMANN e ABAD, 20221, p.1).

Sendo a família o primeiro espaço de aprendizagem, são os cuidadores os maiores responsáveis pela transmissão destes ensinamentos, como ressalta (Bittencourt, Danzmann e Abad, 20221, p.1):

[...] o aprendizado essencial na infância se dá pelos exemplos que os pais transmitem aos filhos. Caso as interações entre eles estejam conturbadas, haverá um distanciamento nas relações familiares e isso pode prejudicar o funcionamento positivo da família. Ademais, as interações familiares têm uma profunda influência sobre o bem-estar das crianças e de todos aqueles que compõem o núcleo familiar. Assim, as relações deterioradas dentro da família constituem fatores de risco comuns e as relações interpessoais positivas são fatores de proteção das relações. Os fatores de risco destas interações nocivas podem estar relacionados a saúde mental dos membros familiares em especial dos pais, corresponsáveis pela saúde física e emocional dos filhos.

De acordo com o que se coloca, uma família bem estruturada pode levá-los a desfrutar de um ambiente harmonioso em que os laços afetivos são fortalecidos, o contrário por sua vez pode fazer com que as relações sejam conflituosas gerando assim sofrimento prejudicando a saúde física e mental. Dessa forma o tratamento terapêutico na abordagem Terapia cognitivo comportamental pode auxiliar as famílias a identificar as distorções cognitivas e mudar os comportamentos que geram sofrimento.

Parte-se da idéia de que a família é um grupo que tem metas regras e limites, e que busca ter um funcionamento sincronizado, onde todos atuem, influenciam e serão influenciados, fazendo com que seus membros sejam protagonistas de sua história. Mas quando as relações estão fragilizadas e a família não consegue realizar esse papel, busca-se ajuda na Terapia familiar em especial na Terapia cognitivo comportamental (TCC) que usa os aspectos cognitivos para melhor entender as dificuldades enfrentadas nos manejos dos pais e na proteção das relações interpessoais positivas. A identificação de padrões de comportamento, pensamento, crenças e hábitos que estão na origem dos problemas servem de balizamento para o conhecimento de crenças limitantes e assim trabalhar mudanças de padrões comportamentais (BITTENCOURT, DANZMANN e ABAD, 20221, p.1).

Entende-se com base no exposto que identificar e tratar os comportamentos que geram os conflitos familiares que muitas vezes pode estar relacionado à falta de regras e limites é a

base para que esse ambiente seja um local de proteção, carinho e afeto, especialmente para criança que ao compartilhar de um espaço saudável tendem a crescer mais confiante e a probabilidades de desenvolver pensamentos e crenças limitantes que podem levar ao sofrimento é bem menor.

4 FORMAS COERENTES DE ESTABELEECER REGRAS ELIMITES

De acordo com os apontamentos e estudos realizados por Almeida e Zandonadi (2017), o termo família passou por muitas transformações, a tradicional junção entre um homem e uma mulher e logo após os filhos, deu lugar a vários tipos de formações em que se organizam de diferentes formas afetando e sendo afetados na inter-relação. Outrora a família era vista como retrógrada em que o pai tinha a função de sustentar e a mãe de cuidar e educar os filhos, no entanto, houve transformação também nestas funções, pois todos os envolvidos podem dispor dos cuidados necessários para o desenvolvimento da criança.

Archard apud Macana (2014, p. 16) traz a seguinte colocação: “à família é delegada uma função fundamental para o desenvolvimento que é o de prover e cuidado. Esse aspecto é reconhecido independentemente das transformações em que diferentes arranjos de família que coexistem em distintas sociedades ao longo do tempo”.

O termo cuidar pode estar associado a vários aspectos inclusive na disposição de regras e limites que como já visto é fundamental para o desenvolvimento da criança.

De acordo com Gomide (2017), em tempos passados o estabelecimento de regras para as crianças era algo muito rigoroso em que os pais precisavam fazê-los cumprir a qualquer custo, com punições e castigos terríveis. Os pais que não cumprissem as ordens estabelecidas eram cobrados pela sociedade e ainda culpados pelos atos cometidos pelos filhos.

Essa mesma autora ressalta que com o tempo tal forma de educação passou a ser questionada e pais mais permissivos começaram a surgir tornando as regras menos rígidas. No entanto, essa flexibilização apresentou efeitos contrários, as crianças passaram a desobedecer aos pais e educadores descumprindo o que lhes era determinado estabelecendo assim o caos e as crianças passaram a serem alvos de pessoas divergentes (GOMIDE, 2017).

Com isso muitos questionamentos começaram a surgir a respeito da maneira correta de educar as crianças chegando-se a conclusão que o melhor jeito é por meio da conversa, da aproximação, da parceria, do respeito, da empatia e não pelo autoritarismo. Porém ainda hoje muitos pais não entenderam sua função como educadores e modelo sendo severos demais ou permissivos demasiadamente fazendo com que a criança se perca no momento do cumprimento das regras (GOMIDE, 2017).

[...] os pais possuem a nítida concepção de que as regras e limites são essenciais ao desenvolvimento social da criança. No entanto e apesar do seu reconhecimento sentem dificuldade em educar os filhos e manifestam alguma recusa em receber auxílio no que concerne à educação das crianças (CARIA, 2014, p. 11).

Primeiramente os pais, responsáveis e educadores precisam entender que o estabelecimento de regras é primordial para os relacionamentos, ou seja, as regras precisam existir para que haja boa convivência entre os envolvidos, seja na ambiente familiar, escolar ou social, porém, deve-se estabelecer regras claras, e possíveis de serem colocadas em prática (DOS SANTOS, 2022, GOMIDE, 2017).

A esse respeito Gomide, (2017, p. 14) ressalta que:

Os pais não devem estabelecer regras excessivas, rígidas e difíceis de serem cumpridas. Quando os pais ou professores criam muitas regras, os filhos ou alunos, por saturação, deixam de prestar atenção a grande parte delas, ignorando-as e burlando-as. Quando as regras são difíceis de serem cumpridas, porque são muito rígidas, a chance de que sejam desrespeitadas aumenta, e a possibilidade de os pais ou professores permitirem seu descumprimento é grande

De acordo com o que se coloca entende-se que direcionar regras para as crianças é muito importante, no entanto quando estas não são flexíveis, fáceis de serem cumpridas ou demasiadas pode gerar mais conflitos na criança e seu cumprimento não se dará como esperado, dessa forma ambos podem ficar frustrados.

Caria (2014), se baseando nos estudos de Brazeltone e Greenspan (2006), pontua que a criança normalmente aprende com base no que tem de modelo, é observando os adultos a sua volta que eles irão interiorizar os conceitos de regras e limites, a forma pela qual as cumprem pode acontecer pelo fato de não querer desapontar as pessoas que por elas são estimadas.

Assim sendo, quando um adulto quer que a criança cumpra algo desejado, primeiramente ela precisa ser um bom modelo, ensinando corretamente para a criança como deve fazer. Após ensinar e fazer juntamente com ela por algum tempo, conforme a criança for acertando deve-se elogiar reforçando que tal comportamento é o esperado (GOMIDE, 2017).

O contrário tende a acontecer quando o adulto delega muitas coisas para serem feitas sem as devidas instruções, a criança tende a não cumprir nenhum dos combinados e ainda tenta convencer o responsável por meio de choros e chantagens emocionais se colocando como um coitado com o intuito de despertar sentimento de compaixão no adulto o qual muitas vezes acaba cedendo e perde a autoridade e a criança entende que tal atitude pode convencer sempre que for necessário invertendo a situação (GOMIDE, 2017).

Dessa forma, compreende-se que as regras são necessárias, no entanto, deve ser algo possível de ser cumprido tanto pela criança como pelos adultos que a impôs, assim o

responsável tende a não perder seu papel de educador e a criança vai entender que não pode fazer tudo o que quer a qualquer momento.

“Caso os pais não tenham meios de controlar o cumprimento do castigo, ele não deve ser estabelecido. Deve-se escolher um castigo possível de ser cumprido e, principalmente, que os pais consigam controlar” (GOMIDE, 2017, p. 16).

Quando os pais impõem regras muito rígidas e que muitas vezes nem eles conseguem cumprir soa mais como uma intimidação. No entanto, esse ato não tem o poder de mudar as ações indesejadas da criança, mas sim de tornar os laços afetivos detestável, maçante, repulsivo, ou seja, pode acabar afastando e as relações se tornarem aversivas.

Assim sendo Gomide, (2017, p. 17) ressalta que:

Quando os pais descumprem, sucessivamente, as regras por eles estabelecidas, ensinam aos filhos três atitudes indesejáveis: (1) que as regras não são para serem cumpridas; (2) que a autoridade (pais ou professores) pode ser desrespeitada; além de (3) ensinar a manipulação emocional. Esta aprendizagem terá sérias consequências para as atitudes futuras da criança ou do adolescente. Aprender que as regras podem ser descumpridas leva os jovens a não aceitarem normas sociais.

Por essa razão antes de determinar uma regra ou limite faz-se necessário que seja bem estabelecida para que não haja seu descumprimento e os educadores não reforcem para as crianças que é natural o não cumprimento destas, transformando os filhos em pessoas arruaceiras que não tem limites desrespeitando toda e qualquer ordem.

“Deve-se escapar da tirania e nunca usar castigos corporais ou morais. Mas não podemos ser superprotetores com as crianças, porque elas precisam conhecer os contratempos da vida”(DOS SANTOS et al, 2022, p. 4).

De acordo com Gomide (2017), o castigo pode ser um aliado no cumprimento das regras, mas este jamais pode ser severo demais ou que privem as crianças do alimento necessário e do recebimento de carinho e afeto. A criança precisa entender e cumprir as regras estabelecidas, mas não na base da ameaça ou punições severas que só irão contribuir para o distanciamento dos envolvidos.

“Esse tipo de prática tem efeitos desastrosos. Infelizmente, são encontrados muitos jovens com comportamento anti-social, cujos pais criam regras para descumpri-las sistematicamente e que usam a ameaça como prática educativa”(GOMIDE, 2017, p. 18).

Dessa forma entende-se que a prática de ameaça mediante o não cumprimento das regras não irão contribuir positivamente para o desenvolvimento da criança e pode ainda desenvolver comportamentos aversivos quando necessitam segui-las, por outro lado as regras precisam existir e a forma como estas devem ser cumpridas é por meio da orientação, do diálogo e especialmente modelo dos pais e responsáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa pode-se compreender que as regras e os limites nem sempre existiram, mas de acordo com o que se apresentou tudo indicava que o mundo era um caos, havia muitas desordens. Com o passar dos tempos houve-se a necessidade de criá-las justamente para que houvesse mais ordem entre as pessoas e hoje fazem parte da humanidade, as pessoas as cumprem visando o coletivo e um bem maior que é a harmonia entre elas.

Dessa forma, as regras e os limites precisam ser ensinados para as crianças desde que elas são bem pequenas, começando pelas ações do dia a dia, como por exemplo: guardar os próprios brinquedos, dormir na hora definida pelos pais, não comer bobagens antes das refeições, terem tempo determinado para brincar, estudar, assistir TV, dentre outras atividades que fazem parte da rotina da criança.

Outro ambiente em que as crianças vão se deparar com regras e limites é na escola, os educadores também precisam ensinar para elas de forma clara o que pode e não pode ser feito nesse lugar de vivências.

A pesquisa deixou claro que estabelecer regras para as crianças é necessário, no entanto pais, professores e responsáveis precisam se atentar para a forma como elas são empregadas, uma vez que a criança não consegue executar comandos difíceis ou muito rígidos. Portanto, as regras precisam ser claras e fáceis de serem colocadas em prática, pois, se o combinado não for cumprido devido sua complexidade o adulto pode perder sua autoridade.

Outro ponto importante levantado é que os cuidadores precisam ter autoridade sem autoritarismo, ou seja, as regras devem ser orientadas por meio do diálogo, afeto, respeito e principalmente com base no modelo. Os pais e os educadores são os principais responsáveis pelo aprendizado e desenvolvimento da criança, dessa forma não adianta falar uma coisa e fazer outra, pois estarão ensinando para as crianças que regras não precisam ser cumpridas e elas aprenderão a manipular os adultos por meio de choro e chantagem toda vez que precisar cumprir uma regra.

Sobre como a Terapia Cognitivo comportamental (TCC) pode auxiliar na condução de regras e limites na infância não foi encontrado documento que traga essa informação diretamente, mas de acordo com os princípios dessa abordagem para que haja o desenvolvimento saudável de uma criança um ambiente seguro e afetuoso é muito importante, porque vivências conflituosas no seio familiar que pode estar também associada a falta de regras e limites tendem a desenvolver crenças disfuncionais nas crianças podendo ser levadas para a vida adulta gerando problemas emocionais e psicológicos. Dessa forma por meio da terapia familiar a (TCC) pode auxiliar na reestruturação cognitiva dos indivíduos, orientando-

os a identificar os padrões de pensamentos e comportamentos causadores de conflitos e sofrimento, pois família entende-se que é um grupo que necessita ter regras e limites para que haja um bom funcionamento e todos afetem e sejam afetados por essa relação especialmente de forma positiva.

Os pais na maioria das vezes são os maiores influenciadores para que as crianças se tornem protagonistas de sua própria história, portanto é preciso que essa relação seja bem estruturada cercada de afeto, respeito, bons exemplos e vivências ricas de aprendizagens para que as crianças aprendam que compartilham o mundo com outras pessoas e por isso precisam cumprir as regras e normas impostas.

Fazer as crianças compreender e seguir regras e normas, não é uma forma de punição e sim ensiná-las que o mundo é compartilhado por muitas pessoas diferentes, mas que dentro dessa diversidade todos precisam está em comum acordo para que haja harmonia, respeito, reciprocidade, empatia e quando isso não acontece danos podem ocorrer gerando desordem e sofrimento para os envolvidos.

De acordo com a pesquisa realizada, não foi possível responder a problemática com dados concretos, no entanto, apontou que a falta de regras na infância ou regras rígidas baseadas no autoritarismo e ameaça, pode sim gerar danos na vida adulta. Há uma tendência na desvalorização do eu, exclusão social, pode acarretar ainda em um adulto egoísta que não se preocupa com o coletivo, não respeita autoridades, e normas sociais e muitas vezes podem acabar se juntando a grupos que vivem fora da lei, pois é onde eles serão aceitos virando marginais.

Outro fator relevante sobre a imposição de regras e limites de forma autoritária é que pode haver o distanciamento dos laços afetivos tornando a relação familiar aversiva.

Para resultados mais conclusivos outros trabalhos são essenciais, em que possam demonstrar por meio de estudos a formação da estrutura cognitiva das crianças em situações em que as regras e limites são bem desenvolvidas e não desenvolvidas adequadamente e o impacto que a falta destes podem causar na formação das crenças.

REFERÊNCIAS

ALMAS., Lígia Fernandes das. **As regras e os limites na sala de aula algumas propostas didáticas**. 2019. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Educação de Coimbra- Instituto Politécnico de Coimbra. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/29046>>. Acesso em: 06 mar. 2022.

CARIA, Eugénia Maria Sardinha Aleixo. **Regras e limites na infância como forma de prevenir a indisciplina na escola**. 2014. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Educação de Castelo Branco - Instituto Politécnico de Castelo Branco. Disponível em: <<https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/2660>>. Acesso em: 06 mar. 2022

BERNARTT, Roseane Mendes. **A infância a partir de um olhar sócio-histórico**. 2016. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/226.%20a%20inf%20C2ncia%20a%20partir%20de%20um%20olhar%20s%20D3cio-hist%20D3rico.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2022.

BALBÉ, Josiane Mallet. Normas, regras e princípios frente à constituição de 1988. **Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais**, v. 13, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://revistajuridicas.pgsskroton.com.br/article/view/697>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BITTENCOURT, Marcli Firpo; DANZMANN, Pâmela Schultz; ABAD, Josiane LW. O manejo familiar frente às demandas: um desafio para a terapia cognitivo comportamental. **Anais do Seminário Científico do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde da UNISC**, 2021. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/scps/article/viewFile/20999/1192613060>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CANUTO, Lívia Teixeira et al. **O conceito de infância em artigos brasileiros de Psicologia**. 2017. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Alagoas. UFAL. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/2125/1/O%20Conceito%20de%20inf%20c3%20a%20ncia%20em%20artigos%20brasileiros%20de%20psicologia.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CRESPO, Teresa Paula Nogueira. **A importância do Brincar para o desenvolvimento da criança**. Tese de Doutorado. Instituto Politécnico de Porto Alegre. Escola Superior de Educação. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/19042>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

CORRÊA, Crístia Rosineiri Gonçalves Lopes. A Relação Entre Desenvolvimento Humano e Aprendizagem: perspectivas teóricas. **Psicologia Escolar e Educacional - Juiz de Fora**, v.21, n. 3, p. 380-386, set/dez, 2017. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/pee/a/yZmjRzBCCsdJXWQ37ZLtt9M/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

DE FREITAS, Jhenifer Rodrigues; DE LA IGLESIA, Yara Rodrigues. O Desenvolvimento infantil na perspectiva históricocultural: a criança pequena como sujeito nas relações. **Cadernos Acadêmicos Unina**, v. 1, n. 1, p. 68-68, 2021. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/5098/412483af894df3eea19911a70c11ffedba7.pdf?_ga=2.196851372.1435001847.1666555577-1392731190.1666555577>. Acesso em: 12 abr. 2022.

DOS SANTOS Morais, Carla et al. A importância das regras na educação infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 3, p. 2115-2124, 2022. Disponível em: <<https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/5019>>. Acesso em: 20 abr.2022

FEDERAL, Senado. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF**, v. 19, p. 26, 2005. Disponível em: <<http://www.ltr.com.br/loja/folheie/5673.pdf>>. Acesso em: 22 de mai. 2022

FERREIRA, Alice de Carvalho et al. Relações entre regras e limites com o processo de autorregulação de crianças entre 3 e 4 anos. **Psicologia.pt**, 2019. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1356.pdf>>. Acesso em: 25 abr.2022

GOMIDE, Paula Inez Cunha. **Pais presentes, pais ausentes: regras e limites**. Editora Vozes Limitada, 2017. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=l4owDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=GOMIDE,+Paula+Inez+Cunha.+Pais+presentes,+pais+ausentes:+regras+e+limites.+Editora+Vozes+Limitada,+2017.+&ots=N7QwJPH4Q6&sig=w0MyoHPtRKwyZCx1-qBXNu03-Ok#v=onepage&q=GOMIDE%2C%20Paula%20Inez%20Cunha.%20Pais%20presentes%2C%20pais%20ausentes%3A%20regras%20e%20limites.%20Editora%20Vozes%20Limitada%2C%202017.&f=false>>. Acesso em: 10 out. 2022

LUÍS, Diana Patrícia França. **As regras em contexto pré-escolar: perspectiva das crianças, pais e educadora**. 2020. Tese de Mestrado. Instituto Politécnico de Coimbra. Escola Superior de Educação. Coimbra. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/33220>>. Acesso em: 22 abr. 2022

FERRAZ, Alexandre Augusto. As relações entre o funcionamento cerebral, a classificação lógica e a assimilação segundo Piaget. **Clareira-Revista de Filosofia da Região Amazônica**, v. 7, n. 1, p. 67-90, 2020. Disponível em: <<https://www.academia.edu/download/65293721/Clareira.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2022

LIDOINO, Andreia Cristina Pontarolo; DOS SANTOS, Digilaini Machado; DA SILVA PINTO, NilceiaFrausino. Rotina Escolar Na Educação Infantil: Infância E Aprendizagem. **Pedagogia em Foco**, v. 15, n. 13, p. 82-93, 2020. Disponível em: <https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/FAMA0_9a2d0eab17da2e8da9b7b03623f9ef57?print=1>. Acesso em: 10 mai. 2022

LOURENÇO, Lara Cristina D.'Avila; PADOVANI, Ricardo da Costa. Fantasias freudianas: aspectos centrais e possível aproximação com o conceito de esquemas de Aaron Beck. **Psico-USF**, v. 18, p. 321-328, 2013. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/pusf/a/VcjpqtBmfsK9hMwhK55xjYQ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 25 ago. 2022

OLIVEIRA DOS SANTOS, Izabel Lúcia; BRAGA, AndreлинаPelaes; PRADO, Cleidia Maria Nogueira. Participação da família no desenvolvimento da aprendizagem da criança. **Estação Científica (UNIFAP)**, v. 7, n. 2, p. 33-44, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA8_ID10172_10092018225743.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022

PALANGANA, IsildaCampaner. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social**. Summus Editorial, 2015. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=BjPXCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=PALANGANA,+IsildaCampaner.+Desenvolvimento+e+aprendizagem+em+Piaget+e+Vigotski:+a+relev%C3%A2ncia+do+social.+Summus+Editorial,+2015.&ots=D6HShWWYOJ&sig=M98vZD8HPGUue2GGrVRupSIPN8#v=onepage&q=PALANGANA%2C%20IsildaCampaner.%20Desenvolvimento%20e%20aprendizagem%20em%20Piaget%20e%20Vigotski%3A%20a%20relev%C3%A2ncia%20do%20social.%20Summus%20Editorial%2C%202015.&f=false>>. Acesso em: 15 ago.2022

PEREIRA, Suelen Elias et al. Influências parentais na saúde mental das crianças na fase da segunda infância. **Revista de Extensão**, v. 2, n. 2, p. 47-59, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/revistaextensao/article/download/3775/3507>>. Acesso em: 20 set. 2022

PUCCINI, Lucas Rebelo Silva et al. Comparativo entre as bases de dados PubMed, SciELO e Google Acadêmico com o foco na temática Educação Médica. **Cadernos UniFOA**, v. 10, n. 28, p. 75-82, 2015. Disponível em: <<https://revistas.unifoa.edu.br/cadernos/article/download/301/389>>. Acesso em: 23 mar. 2022

VITAL, Arnaldo Bruno Lopes. **Professores/as doutrinam estudantes? Um estudo a partir da Epistemologia Genética de Jean Piaget**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/42380/1/ProfessoresDoutrinamEstudantes_Vital_2021.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022